

Lucro socioambiental

Diretor da EcoSecurities, consultoria especializada em créditos de carbono, alerta que, antes de retorno financeiro, empresas precisam desenvolver projetos para a redução do efeito estufa que tragam benefícios às comunidades e ao país

Paula Monteiro



CARLOS MAGNO

Cunha e Silva: "Outros mecanismos serão criados além do Protocolo de Kyoto e o Canadá poderá estar à frente dessas iniciativas"

Iniciativas particulares e públicas, no Brasil, têm resultado em uma nova geração de empresas engajadas no desenvolvimento e na adoção de tecnologias limpas. É considerável a quantidade de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) em andamento no país nos mais variados estágios, sendo que alguns já recebem o rendimento dos créditos de carbono. Mas, ao contrário do que muitos pensam, gerar energia renovável não é suficiente para ingressar nesse mercado. Além de qualidade, o projeto tem de ser adicional, oferecendo um ganho socioambiental às comunidades. Quem faz o alerta é o engenheiro-químico Nuno Cunha e Silva, diretor da EcoSecurities, empresa especializada em créditos de carbono, presente no Brasil desde 1998.

Multinacional inglesa presidida pelo canadense Bruce Usher, a EcoSecurities participa ativamente dos avanços científicos e políticos relacionados ao assunto, tendo sido, nos últimos seis anos, reconhecida pela revista *Environmental Finance* como líder mundial em consultoria sobre créditos de carbono. Nesta entrevista concedida à revista **Brasil-Canadá**, Cunha e Silva, que por quase duas décadas atuou no setor ambiental da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Aracruz Celulose, comenta também as ações brasileiras para a redução das emissões de gases que causam o efeito estufa e a atual política ambiental adotada pelo Canadá.

Brasil-Canadá – Como o senhor avalia a atuação do governo e das empresas brasileiras em relação à adoção de medidas para a redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa, principais vilões do aquecimento global?

Nuno Cunha e Silva – O governo brasileiro tem-se mostrado muito lento na liberação das cartas de aprovação de projetos de créditos de carbono. Isso porque a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) – cujos representantes se reúnem a cada dois meses – muitas vezes atua como auditoria para validação dos projetos, o que está além de seu dever, que é o de avaliar as questões relativas à sustentabilidade socioambiental dessas propostas. O resultado é um atraso nos processos. Enquanto a média internacional de aprovação de um projeto é de dois meses, no Brasil leva até seis meses. As empresas brasileiras, que até dois anos atrás não acreditavam no mercado de créditos de carbono, passaram a ter a mentalidade de que qualquer projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) pode gerar receita adicional ao seu negócio. O que não é

verdade, pois muitos projetos não levam em conta questões legais e institucionais, e, portanto, não atendem aos requisitos do Protocolo de Kyoto. São propostas que não apresentam um diferencial comprovado – uma necessidade para viabilizar o empreendimento.

BC – E de que forma o senhor avalia a atuação do governo e das empresas canadenses?

NCS – O governo canadense, que até o fim da década de 1990 se mostrava interessado em promover transações de créditos de carbono com países em desenvolvimento, começou a dar sinais, no início desta década, de que estaria priorizando reduções nas emissões de gases de efeito estufa dentro do próprio país. De tal forma que, atualmente, não existem transações representativas do Canadá com nenhum país do mundo nessa área. Ao adotar uma política similar à do governo norte-americano de George W. Bush – a de não fomentar projetos de desenvolvimento sustentável em outros países –, o Canadá acaba tendo uma atuação tímida no contexto global no que se refere ao mercado de MDL.

BC – De que forma essa atitude do governo canadense causa impacto no Brasil?

NCS – Ela é prejudicial ao Brasil, assim como aos demais países em desenvolvimento, que perdem os recursos de um potencial comprador para os créditos de carbono. Atualmente, o Brasil só conta com países da União Européia e o Japão para a compra dos créditos dos projetos no escopo do MDL.

BC – Quais setores no Brasil estão mais engajados na busca de soluções para reduzir as emissões de gases de efeito estufa com base no Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL)?

NCS – Os líderes em engajamento são as unidades de co-geração de energia em usinas de cana-de-açúcar, as pequenas hidrelétricas e os aterros sanitários. Nos dois primeiros casos, são áreas que começaram a crescer depois da crise energética de 2001 e acabaram “pegando carona” no mercado de créditos de carbono. No caso dos aterros sanitários, percebeu-se que a queima do gás proveniente dos materiais depositados poderia gerar ativos ambientais, como, por exemplo, a energia elétrica ou a energia térmica. Aliás, o primeiro projeto do Brasil e do mundo registrado na ONU foi o de um aterro sanitário localizado na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, conhecido como *Projeto Novagerar*.

China, Índia e México são hoje os principais concorrentes do Brasil na venda de créditos de carbono

BC – Qual o panorama atual, no Brasil, na área de projetos de créditos de carbono?

NCS – No Brasil, apenas da EcoSecurities, existem atualmente mais de 50 projetos em diversas fases de desenvolvimento: ou sendo iniciados ou na etapa de auditoria ou na de monitoramento final. E há também muitos projetos que já foram verificados e estão recebendo os rendimentos dos créditos de carbono.

BC – Até que ponto o país pode se beneficiar com a venda de créditos de carbono?

NCS – Os principais concorrentes do Brasil são, atualmente, a China, a Índia e o México. O volume estimado de transações para projetos de MDL no Brasil é de 10% entre os países em desenvolvimento, o que é bastante razoável. Na China, o índice chega a 65% do volume de transações, mas é porque o país possui uma matriz energética mais suja e uma economia mais forte do que a do Brasil.

BC – Trata-se de um negócio lucrativo para as empresas de países em desenvolvimento, como o Brasil?

NCS – Como se trata da venda de um ativo novo, é natural que seja lucrativo para as empresas. Dependendo do tipo de projeto, o adicional sobre a taxa interna de retorno pode variar de 2% a 10%, ou mesmo mais em alguns casos muito específicos. Mas não podemos nos esquecer de que existe uma pressão dos países desenvolvidos – principalmente por parte dos Estados Unidos – para que o Brasil tenha metas obrigatórias para a redução de emissões de gases de efeito estufa a partir de 2012. Esse tem sido um tema recorrente nos grandes fóruns internacionais.

BC – No processo de comercialização/concessão de créditos de carbono, qual deve ser a relação entre o lucro financeiro para as empresas e o “lucro social” para as comunidades e o país?

NCS – O MDL foi estabelecido para fomentar o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. O que significa que qualquer projeto de redução de efeito estufa tem de proporcionar benefícios às comunidades não

somente sob o aspecto ambiental, mas também social. O lucro socioambiental tem de estar embutido na concepção do projeto, caso contrário não receberá aprovação do governo. E algumas propostas podem até produzir um ganho social maior do que outras. É o caso, por exemplo, de um projeto de biodigestores para efluentes em suinocultura, que, por meio da transformação dos gases de efeito estufa, além de solucionar o problema da poluição que chegaria à atmosfera, pode gerar energia alternativa.

BC – Quando se trata de política ambiental e da contribuição a ser dada pelo Brasil no processo de redução de gases do efeito estufa, como tem sido o diálogo entre a comunidade científica, o governo, as empresas e as ONG's? Quais as principais divergências e como podem ser superadas?

NCS – Não considero que haja divergências. Isso porque o processo é bastante transparente nas diversas etapas, como validação do projeto, aprovação pelo governo e registro na ONU. Quando um projeto de créditos de carbono é desenvolvido, ele é colocado em debate em prefeituras, Câmaras de Vereadores, ONG's, Ministério Público, além de ficar disponível para consulta e avaliação no site do governo federal e da ONU. Nesse caso, qualquer pessoa pode opinar, dentro de prazos estabelecidos. Se algumas das posições forem relevantes, o projeto pode até ser alterado ou mesmo recusado nas etapas anteriores ao registro pela ONU.

BC – Qual a importância do engajamento do Canadá no Protocolo de Kyoto? E os possíveis efeitos sobre a reputação internacional do país se abandonar o Protocolo, como chegou a ser anunciado no ano passado?

NCS – Como o Canadá já foi pioneiro nesse mercado, é previsível que, mais cedo ou mais tarde, o governo do país deva sofrer pressão da sociedade canadense para tomar medidas de engajamento. O Protocolo de Kyoto foi a primeira iniciativa da ONU voltada para a redução das emissões de gases de efeito estufa e serve como um balão de ensaio. Quanto mais países puderem participar, melhor para o aprendizado. Do Canadá, na condição de país desenvolvido, espera-se que dê o exemplo. Creio que muitos outros mecanismos financeiros, além do Protocolo de Kyoto, serão criados em breve, e o Canadá possivelmente será um dos líderes dessas novas iniciativas. Vale destacar que a obrigação pela redução dos poluentes tem de ser de todos os países, bem como de todas as pessoas, físicas e jurídicas. 🍁